



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 24/2026
Período: 11/07/2026 a 17/07/2026
GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Colunista argumentou que o tema da Defesa deve ser abordado no debate eleitoral
- 2- Trama golpista: jornais debateram sobre a suspensão das visitas de Flávio Bolsonaro ao pai, Jair Bolsonaro
- 3- O Exército brasileiro e as fronteiras com a Venezuela após o sequestro de Nicolas Maduro
- 4- Soldado do Exército brasileiro será julgado por feminicídio
- 5- Tarifas norte-americanas sobre produtos brasileiros geraram preocupações para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)
- 6- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil promoverá encontro destinado a discutir violações cometidas contra povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985).
- 7- Centro de Investigações e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, vinculado à Força Aérea Brasileira, publicou relatório sobre acidente entre dois helicópteros
- 8- Empresa dos Emirados Árabes Unidos anunciou compra da Akaer, companhia brasileira estratégica para a Defesa no âmbito aeroespacial
- 9- Governos do Brasil e dos Estados Unidos discutiram cooperação bilateral, destacando temas como defesa, inteligência, segurança nacional e combate ao crime organizado

1- Colunista argumentou que o tema da Defesa deve ser abordado no debate eleitoral

Em coluna para *O Estado de S. Paulo*, Silvio Cascione, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UNB) e diretor da consultoria Eurasia Group defendeu que questões relevantes de geopolítica não deveriam ficar de fora do debate público em ano eleitoral, algo que acontece em detrimento de intrigas políticas e o noticiário de corrupção. Dentre essas questões, o colunista elenca energia, inteligência artificial, agricultura, minerais críticos e defesa. Sobre a defesa, Silvio apresentou dados do crescimento de despesas mundiais, inclusive do Brasil, com equipamento militar. Em 2025, essas despesas cresceram mundialmente pelo 11º ano consecutivo e estão em seu ápice desde 2009. No Brasil, no mesmo ano, o Congresso aprovou até 5 bilhões de reais anuais em investimentos no âmbito militar além do arcabouço fiscal. O colunista

também argumentou que as Forças Armadas têm planos de modernização devido aos recentes conflitos internacionais, identificando as vantagens estruturais do país para desenvolvê-los de forma autônoma, além do aumento da ênfase na construção de uma base industrial de defesa. (O Estado de S. Paulo - Política - 13/07/26)

2- Trama golpista: jornais debateram sobre a suspensão das visitas de Flávio Bolsonaro ao pai, Jair Bolsonaro

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* refletiu sobre a suspensão das visitas de Flávio Bolsonaro ao pai, Jair Bolsonaro. O periódico argumentou que a suspensão determinada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes não é uma medida para tornar o ex-presidente incomunicável, mas sim uma consequência das infrações às restrições impostas à prisão domiciliar. A decisão foi tomada após a divulgação nas redes sociais de Flávio Bolsonaro, no dia 11/07/2026, de uma de uma carta escrita e assinada pelo condenado e adereçada aos brasileiros. O *Estado de S. Paulo* afirmou que o ministro tomou a decisão correta e destacou que um princípio fundamental do Estado de Direito é que decisão judicial se cumpre. O jornal também destacou que Bolsonaro apenas cumpre a pena em prisão domiciliar, devido ao seu quadro de saúde, sendo essa uma concessão excepcional do Estado. Flávio configura formalmente como advogado de Jair Bolsonaro, assim possuindo acesso irrestrito ao presidiário, diferentemente de seus irmãos. Contudo, na prática, Flávio nunca participou como defensor do pai em processo algum. A sua denominação de “advogado” funciona apenas como um subterfúgio para Bolsonaro continuar politicamente ativo. Portanto, o jornal concluiu que uma análise profunda da determinação de Alexandre de Moraes mostra que não há uma perseguição política ao presidiário, como é afirmado pelos aliados de Jair Bolsonaro. O periódico afirmou que ele não está incomunicável, que apenas enfrenta algumas restrições, às quais outros condenados também estão sujeitos. Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* relatou que Flávio Bolsonaro planeja pedir à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a alteração da proibição de visitas ao seu pai, Jair Bolsonaro, determinada por Alexandre de Moraes, como estratégia de pré-campanha eleitoral. A OAB pediu em ofício ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que seja garantida ao senador Flávio Bolsonaro a comunicação pessoal e reservada com o ex-presidente Jair Bolsonaro com o objetivo de garantir o contato entre advogado e cliente para finalidades estritamente profissionais. O jornal *Correio Braziliense* destacou que o documento foi assinado pelo presidente em exercício do Conselho Federal da OAB, Délio Lins e Silva Júnior, e pelo procurador nacional de Defesa das Prerrogativas, Alex Sarkis, e que a entidade reforçou o caráter institucional da sua manifestação focada na garantia das prerrogativas da advocacia que e não executa qualquer questionamento em relação ao mérito ou os motivos da decisão judicial realizada. Diante disso, a OAB formalizou um pedido para que os encontros profissionais sejam autorizados e sugere que as reuniões sejam realizadas sob as cautelas e diretrizes que o ministro Alexandre de Moraes considere adequadas, garantindo que o objetivo dos encontros seja apenas para serviços jurídicos. Nesse contexto, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, um dos conselheiros da OAB afirmou que a instituição deve intervir para garantir que advogados não possam ser impedidos de visitar seus clientes, independente do caso ou parentesco e que essa medida vale tanto para o senador quanto para outros advogados

conectados a outros partidos e que caso fosse um indivíduo do grupo Prerrogativas (coletivo de juristas alinhado com o governo Lula), as mesmas medidas seriam tomadas. A *Folha de S. Paulo* destacou que aliados do senador Flávio Bolsonaro acreditam que será difícil que Alexandre de Moraes ou os demais membros do STF acatem algum recurso que altere a situação de Jair Bolsonaro. Além disso, em conversa com a *Folha de S. Paulo*, um ministro afirmou que espera uma solução cuidadosa em relação ao pedido da OAB e criticou as decisões de Moraes, enquanto outro ministro demonstrou apoio à decisão Segundo a *Folha*, aliados de Flávio acreditam que a suspensão da comunicação entre o senador e o ex-presidente não durará muito tempo e minimizam o impacto eleitoral dessa ação, contudo não desconsideram que Moraes atenda ao pedido da OAB e desfaça a medida, que, segundo o jornal, serviu apenas para vitimizar Flávio e unificar a direita. (Correio Braziliense - Política - 15/07/2026; Folha de S. Paulo - Política - 15/07/2026; O Estado de S. Paulo - Política - 15/07/2026; O Estado de S. Paulo - News - 15/07/2026)

3- O Exército brasileiro e as fronteiras com a Venezuela após o sequestro de Nicolas Maduro

Em coluna opinativa no jornal *O Estado de S. Paulo*, Marcelo Godoy, jornalista e escritor, discorreu sobre as mudanças das ameaças ao Exército Brasileiro na fronteira após o sequestro de Maduro. Marcelo destacou que semanalmente a 2.^a e 16.^a Brigadas de Infantaria de Selva entram em combate com membros do Grupos Armados Organizados Residuais (GAOR) que são dissidentes das Farcs (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), que não aderiram ao acordo de paz de 2016, e constituem um dos cartéis de drogas mais fortes da América do Sul e cruzam a fronteira brasileira para escoar droga com destino a Europa e a África pela rota do Solimões e pela rota Caipira. A gravidade dessa situação foi revelada pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Francisco Humberto Montenegro Júnior, que afirmou que enquanto a direita está ocupada defendendo a nomeação de facções como terroristas, os criminosos estão se infiltrando no país. (O Estado de S. Paulo - Política - 15/07/2026)

4- Soldado do Exército brasileiro será julgado por feminicídio

De acordo com reportagem do periódico *Correio Braziliense*, a decisão de pronúncia sobre crime praticado pelo soldado Kelvin Barros da Silva contra a cabo Maria de Lourdes Freire Matos em dezembro de 2025 foi divulgada no dia 16/07/2026, revelando que o militar será julgado pelo Tribunal do Júri de Brasília por feminicídio agravado nas circunstâncias de meio cruel e dificuldade de defesa da vítima, bem como por ocultação de cadáver. Segundo a pronúncia, a cabo Maria de Lourdes, descrita como uma jovem estudiosa, humilde e tranquila, assumia a função de “música da banda” no 1.^a Regimento da Cavalaria de Guardas, no Setor Militar Urbano, em Brasília, quando foi atacada por Barros da Silva, o qual foi preso preventivamente, alegando legítima defesa. (Correio Braziliense - Direito e Justiça - 17/07/26)

5- Tarifas norte-americanas sobre produtos brasileiros geraram preocupações para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

Conforme reportagem do jornal *Correio Braziliense*, a decisão do governo dos Estados Unidos a respeito da imposição de uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros provocou preocupação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). No dia 15/07/2026, o Governo Federal divulgou uma nota afirmando que, nos últimos 15 anos, o Brasil acumulou um valor de aproximadamente US\$ 424,5 bilhões em sua relação de superávit comercial com os Estados Unidos, classificando as novas tarifas como uma medida “injustificável”. O comunicado revelou, ainda, que contínuas negociações têm sido conduzidas com o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), e apontou os integrantes da família Bolsonaro como responsáveis por colaborarem com as investigações americanas, visando fins eleitorais. No cerne das discussões do Congresso, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado recebeu as medidas americanas com significativa preocupação, e defendeu a priorização do diálogo e a adoção de medidas técnicas e responsáveis pelo governo brasileiro, o qual deve, em sua avaliação, “levar em consideração os impactos sobre a economia nacional e sobre a possibilidade de novas rodadas de negociação”. (*Correio Braziliense - Política - 17/07/26*)

6- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil promoverá encontro destinado a discutir violações cometidas contra povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985).

Conforme reportagem publicada pelo periódico *Folha de S. Paulo*, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) promoverá, em parceria com o Instituto de Políticas Relacionais (IPR) e o Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas da Universidade de Brasília, um encontro dedicado a advogar pela assinatura de um decreto destinado à criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade. O evento está previsto para ocorrer em Brasília entre os dias 21/07/2026 e 23/07/2026, e contará com a apresentação de oito relatórios inéditos acerca de violações de direitos cometidas contra povos originários no período marcado pelo regime militar (1964-1985), elaborados por pesquisadores indígenas, que abordaram temas como os impactos da expansão do monocultivo de eucalipto nas regiões ocupadas pelos povos Guarani e Tupiniquim, bem como o caso da Terra Indígena Mangueirinha, no Paraná, onde reservas administradas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio teriam assumido o papel de centros para detenção ilegal, tortura e trabalho forçado. Os organizadores do evento entregaram ao Poder Executivo a proposta de criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade ao final de 2025, contando com o apoio de 58 instituições e com pareceres jurídicos favoráveis advindos do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, da Defensoria Pública da União e do jurista Daniel Sarmento. (*Folha de S. Paulo - Colunas - 17/07/26*)

7- Centro de Investigações e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, vinculado à Força Aérea Brasileira, publicou relatório sobre acidente entre dois helicópteros
Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Centro de Investigações e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), vinculado à Força Aérea Brasileira (FAB), publicou um relatório preliminar a respeito do acidente originado pela colisão entre dois helicópteros no Recreio dos Bandeirantes, zona sudoeste do Rio de

Janeiro, no dia 14/06/2026. De acordo com o documento, as licenças vigentes foram apresentadas pelos pilotos de ambas as aeronaves, que por sua vez, contavam com certificados válidos de aeronavegabilidade. Os planos de voo, porém, previam o deslocamento por meio de níveis coincidentes no cerne das Rotas Especiais de Helicópteros Praia e Grota, rotas que funcionam como “avenidas virtuais” pelas quais os dirigíveis devem transitar, respeitando os trajetos previamente estabelecidos. Conforme o relatório, ao passo em que o helicóptero de matrícula PR-DJJ foi registrado desde a decolagem do aeroporto Santos Dumont até os últimos instantes que antecederam a colisão, a aeronave de matrícula PP-MAC, que voava para Angra dos Reis, não foi detectada pelos radares do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, resultando em uma colisão entre as posições Tachas e Piabas. Embora nenhum dos helicópteros possuísse gravadores de dados de voo (FDR) ou de voz de cabine (CVR), um aparelho para alerta de transponders de aeronaves nas proximidades foi recuperado em bom estado de conservação. O jornal afirmou que não há previsão de data para a publicação do relatório final, uma vez que o Cenipa ainda está conduzindo investigações complementares a respeito da tragédia, que culminou nas mortes dos pilotos Alexandre Souza e Charles Marsilac, bem como dos passageiros Gaspar Prim, Lucas Brito Chaves Frota, Lucas Vignale e Oliver Tree. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 17/07/26; O Estado de S. Paulo - Brasil - 17/07/26)

8- Empresa dos Emirados Árabes Unidos anunciou compra da Akaer, companhia brasileira estratégica para a Defesa no âmbito aeroespacial

Conforme reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o grupo Edge, companhia especializada em defesa e tecnologia avançada com origem nos Emirados Árabes Unidos, anunciou a compra de 100% de participações da Akaer, empresa do setor aeroespacial, marcando sua terceira aquisição de uma companhia bélica brasileira desde 2023. De acordo com o jornal, as conversas entre as entidades iniciaram-se na feira de Defesa Laad, realizada em São Paulo em abril de 2026, quando o governo Lula concedeu um aval à negociação, visando evitar a paralisação do programa de modernização dos blindados Cascavel. Fundada em São José dos Campos no ano de 1992, a Akaer possui um portfólio com programas militares e comerciais, incluindo entre seus principais projetos o caça Gripen, em parceria com a Saab, o contrato para a modernização dos blindados Cascavel, os programas Super Tucano, ERJ-E1, ERJ-E2, Legacy 450/500 e KC-390, em conjunto com a Embraer, e a venda de drones para as Forças Aéreas e Terrestres, além do fornecimento de suporte de engenharia para a aeronave 747-8, da Boeing. A Edge, com sede em Abu Dhabi, foi fundada em 2019 e reúne mais de 35 empresas, estendendo sua expertise por áreas como armamentos, instrumentos de segurança interna, mísseis, plataformas, sistemas, e tecnologias espaciais e cibernéticas. Uma vez que a Akaer assume a forma de uma empresa estratégica para o ramo de defesa, a operação de venda deverá ser autorizada pelo governo brasileiro, porém a direção do grupo Edge afirma haver consultado representantes das Forças Armadas e do Ministério da Defesa. Segundo a companhia, “a aquisição proporcionará uma base consolidada de engenharia no Brasil e uma equipe multidisciplinar qualificada, com atuação em todo o ciclo de vida do produto”, prevendo maior facilidade para o cumprimento dos cronogramas de industrialização de programas estratégicos, bem como para

a ampliação das habilidades do grupo em tecnologias relacionadas ao setor espacial. (Folha de S. Paulo - Economia - 17/07/26; O Estado de S. Paulo - Negócios - 17/07/26)

9- Governos do Brasil e dos Estados Unidos discutiram cooperação bilateral, destacando temas como defesa, inteligência, segurança nacional e combate ao crime organizado

De acordo com reportagem publicada pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, os governos do Brasil e dos Estados Unidos retomaram discussões sobre a possibilidade de formalização de acordos de cooperação bilateral nos âmbitos de defesa e segurança no ano de 2025, período anterior à decisão norte-americana que classificou o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas, divulgada em junho de 2026. De acordo com o jornal, as tratativas entre as nações foram abordadas em oito telegramas, produzidos desde o primeiro ano da gestão do terceiro mandato do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023, até abril de 2026, data que marca a retomada da priorização da agenda de cooperação após o retorno de Donald Trump ao governo dos Estados Unidos, tratando da colaboração acerca de temáticas como o combate ao crime organizado, defesa e segurança a nível nacional e internacional, e questões ilícitas transnacionais. Na semana do dia 06/07/2026, o governo brasileiro relatou que a gestão Trump solicitou um encontro entre José Múcio Monteiro, ministro da Defesa do Brasil, e Elbridge Colby, subsecretário de Defesa para Política dos Estados Unidos, a fim de firmar um debate sobre medidas para a colaboração no cerne do combate ao narcotráfico, uma vez que ambas as nações poderiam assumir papel pivotal em questões de segurança para o continente americano. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o governo brasileiro compreende que “o enfrentamento ao crime organizado transnacional exige ação conjunta e cooperação internacional”, afirmando que “o Brasil e os Estados Unidos possuem uma tradicional cooperação em matéria de combate ao crime organizado”. A pasta mencionou ao periódico a ambição de formalizar um acordo bilateral na área de inteligência, com o objetivo de ampliar os controles sobre a lavagem de dinheiro praticada no exterior e o tráfico de armas em território nacional, conforme proposta enviada ao Departamento de Estado dos EUA. O Itamaraty destacou, ainda, que duas iniciativas foram introduzidas pelo governo Lula a fim de aprofundar tal cooperação, porém, até o presente momento, o governo norte-americano não esboçou reação às propostas apresentadas. (O Estado de S. Paulo - Política - 17/07/26)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes

jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa (Bolsista PIBIC)
Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)
Marcela Furlan de Cena

Equipe redação

Ashilley Arielle Pereira
Éryka Sammara Carnieletto Bento
Estevão Alves Sousa Assunção Aragão
Fernanda Gonzaga Fabrício
Giovanna Pereira dos Santos
Isabela Lopes Banfada da Silva
Isadora Helena Caleguer Figueiredo
Luisa Rajczuk Quege
Manuela Zelira de Menezes Torres
Maria Luiza Garcia Rabelo
Nicole da Silva Ribeiro
Nicole Souza Aguiar
Pedro Levi Negromonte de Lima
Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim